

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL É TRABALHO? UMA ANÁLISE DA PERFORMATIVIDADE E DOS EFEITOS DE CERTEZA NA FALA DE UM GOVERNADOR

IS EMERGENCY REMOTE TEACHING WORK ? AN ANALYSIS OF PERFORMATIVITY AND THE EFFECTS OF CERTAINTY IN THE SPEECH OF A GOVERNOR

Adilson Ventura¹

Lívia Cristina de Souza Sigliani²

Danilo Sobral de Souza³

Resumo: O nosso trabalho visa analisar uma fala do Governador Rui Costa a respeito da educação, na qual aparece a certeza de que os professores não estão trabalhando na pandemia, contrapondo com a fala do sindicato de professores que apresentam a certeza de que estão trabalhando. A questão da performatividade será analisada a partir da relação linguística e do(s) lugar(es) social(is) mobilizados nessa fala, em que há uma cobrança para que ocorra a volta às aulas presenciais. Além disso há uma questão ética ao se responsabilizar os professores pelo futuro dos jovens.

Palavras-chave: Trabalho. Professor. Semântica do Acontecimento. Atos de Fala. Performatividade.

Abstract: Our work aims to analyze a speech by Governor Rui Costa about education, in which the certainty that teachers are not working in the pandemic appears, contrasting with the speech of the teachers' union who present the certainty that they are working. The issue of performativity will be analyzed from the linguistic relationship and the social place(s) mobilized in this speech, in which there is a demand for the return to face-to-face classes to occur. In addition, there is an ethical issue in holding teachers responsible for the future of young people.

Keywords: Work. Teacher. Event Semantics. Speech Acts. Performativity.

Introdução

Com o surgimento da COVID-19⁴, em 2020, o funcionamento de diversos setores ao redor do mundo foi completamente alterado, e, no educacional, não foi diferente: a pandemia transformou completamente o *modus operandi* dos profissionais da educação no exercício de suas funções. A lei federal nº 14.040/2020 de 18 de agosto de 2020, e documentos do Conselho Nacional de Educação (CNE), como o parecer CNE/CP n. 05/2020, o parecer CNE/CP n. 09/2020, e o parecer CNE/CP n. 11/2020, normatizaram a condição remota de

¹ Doutor em Linguística. DELL/ PPGLin/ ProfLetras. Projeto de pesquisa: Constituição enunciativa do sentido. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

² Mestre e doutoranda em Linguística. PPGLin/ Bolsista FAPESB. Projeto de pesquisa: Constituição enunciativa do sentido. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

³ Mestre e doutorando em Linguística. PPGLin. Projeto de pesquisa: Constituição enunciativa do sentido. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

⁴ Causada pelo SARS-CoV-2, um novo tipo de coronavírus que se propaga de pessoa para pessoa por meio de gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, contato pessoal próximo com aperto ou toque de mão, contato com objetos e superfícies contaminadas que tiveram contato com boca/nariz/olhos (Ministério da Saúde, Novo coronavírus (Covid-19): informações básicas. Disponível em: <https://bvsm.saude.gov.br/novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

funcionamento da educação, o que conseqüentemente inseriu, em regime de *home office*, milhares de professores pelo Brasil. Chama-nos atenção a especificidade da condição de professores, que, em sua maioria, não eram habilitados ou treinados para atividades laborais remotas, já que os sistemas educacionais públicos faziam pouco ou nenhum uso de plataformas remotas de ensino.

Com o processo de vacinação contra a COVID-19 no Brasil, iniciado em janeiro de 2021, foram anunciados números menores de infectados diários, de internações e de mortes causados pela doença e, por conseguinte, surgem diversas falas em defesa do retorno presencial gradativo das atividades educacionais, sustentados na certeza de que, com a redução de casos, o espaço escolar se tornava um ambiente seguro. Contudo, em contrapartida, devido a parte significativa da população ainda não estar contemplada pela vacina, há uma resistência por parte de setores da sociedade em relação ao retorno das atividades presenciais por não se considerar o retorno seguro em tais circunstâncias.

É com esse interesse que analisamos a fala de um governador de estado e a réplica feita por um sindicato, sendo que o governador convoca os professores para o retorno às aulas presenciais e em sua fala se instaura um efeito de certeza de que os professores devem voltar ao trabalho, uma vez que o não funcionamento das escolas implica em crianças e jovens nas ruas, ao passo que o sindicato afirma que os professores já trabalham de maneira remota, desde que o ensino remoto emergencial foi decretado no estado e que só retornarão às atividades presenciais após a conclusão do esquema vacinal da categoria. Diante disso, surge a questão de pensarmos quais os sentidos do embate produzido na medida em que o governador, dotado de autoridade para produzir um ato ilocucional, recorre a um ato perlocucional para convocar o retorno às aulas presenciais? Outra questão levantada é a de que, ao recorrer a um ato perlocucional, o governador se exime de responsabilidade? Em relação ao apelo ao retorno das aulas presenciais, quais sentidos apontam para a certeza de que os professores não estão a trabalhar?

Para esta análise, partimos do conceito de performatividade desenvolvido por Austin (1990), em sua teoria dos Atos de Fala, que postula que todo dizer é considerado uma ação. A partir disso, colocamos a questão da ética posta por Austin, no sentido de que como esses dizeres implicam uma responsabilidade decorrente dessas ações. Ponderamos também a pertinência de mobilizarmos as questões levantadas por Wittgenstein (1969), sobre os efeitos de certeza. Isto é, visamos observar a performatividade e os efeitos de certeza nas falas do governador e do sindicato dos professores e como esses dizeres produzem ações nos sujeitos e

na sociedade. Ademais, lançamos mão da Semântica do Acontecimento (2002; 2018), para observar como se dão os lugares sociais dos dizeres analisados.

Questões teóricas

No campo da filosofia da linguagem surge a teoria dos Atos de Fala nas discussões levantadas por John L. Austin durante suas 12 conferências proferidas em Harvard em 1955 e que posteriormente, em 1962, foram publicadas no livro *How to do Things with Words* ou *Quando dizer é fazer – Palavras e ação* (edição brasileira), em que a linguagem não é pensada na perspectiva de referenciar o real e sim como ação. Na apresentação da obra na edição brasileira, o filósofo Danilo Marcondes de Souza Filho afirma que a questão central levantada por Austin implica na ideia de que a linguagem deve ser posta como uma forma de ação e não como uma representação da realidade. Contrapondo os expoentes da Semântica Formal, Austin afirma que o significado de uma sentença não está na análise dos elementos que a constitui, mas nas condições de uso da sentença que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções do falante (SOUZA FILHO, 1990, p.9).

Para Austin o significado de uma sentença não pode ser tomado a partir da ideia de uma realidade externa objetiva e avaliado em termos do que é verificável, ou seja, de verdadeiro ou falso. Austin sustenta que muitos proferimentos não consistem em fazer registros ou descrições dos fatos, em muitos casos proferimentos são ações. Da mesma forma, nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições. Sendo assim, Austin atribui aos enunciados que apresentam critérios de verificabilidade o nome de proferimentos constataivos (AUSTIN, 1990, p.22-23).

Em relação aos proferimentos que não descrevem, não relatam, não constata, não são verdadeiros ou falsos, Austin os denomina de proferimentos performativos ou sentenças performativas, ou, também, pela forma abreviada “performativo”, pois se trata de proferimentos que, em parte ou em sua totalidade, implicam na realização de uma ação que consiste em dizer algo. Assim, os performativos podem ser contratuais, quando estabelecem um tipo de contrato (aposto) ou declaratórios, quando estabelecem uma situação (declaro guerra) (AUSTIN, 1990, p.24-25).

Austin observa que, em linhas gerais, determinados performativos, se não são a principal ocorrência, são uma das ocorrências da realização de um ato. Contudo, embora a realização de um ato seja alvo de um proferimento performativo, este não é o único elemento necessário para a realização de um ato, uma vez que para tanto é preciso que haja

circunstâncias favoráveis para o proferimento das palavras, sendo assim é necessário que o falante também produza ações de determinado tipo (AUSTIN, 1990, p.26).

Assim, não basta apenas o proferimento performativo para a realização de uma ação, para tanto é necessário que este seja feito sob circunstâncias adequadas para que seja bem-sucedido. A essas circunstâncias adequadas Austin vai nomear de condições de felicidade. São regras que não devem ser transgredidas, as quais ele caracteriza da seguinte forma:

- (A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional, e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que
- (A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico.
- (B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
- (B.2) completo
- (Γ.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso
- (Γ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente (AUSTIN, 1990, p.31).

Contudo, cumpre ressaltar que, quando um performativo é proferido sem as condições de felicidade, não se pode considerá-lo falso. Nesse caso o performativo fracassado é considerado infeliz. As infelicidades são classificadas por Austin como: A) Desacertos, que são atos pretendidos, mas nulos que se dividem em más invocações (atos rejeitados), por más aplicações e em más execuções (atos prejudicados) por falhas e tropeços ; B) Abusos, que são atos professados, mas vazios por insinceridade (AUSTIN, 1990, p.33).

Nas discussões suscitadas sobre critérios para performativos, Austin se depara com impasses acerca da busca pelas diferenças entre os proferimentos constativos e performativos em que ele tenta encontrar algum critério gramatical ou lexicográfico que aponte para essa distinção. Inúmeros problemas foram levantados nessa discussão, um bom exemplo disso está no fato de que nem todo enunciado performativo tem verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo na forma afirmativa e na voz ativa. O autor constata que a pessoa e a voz não são essenciais, pois performativos podem se apresentar com verbos na segunda e terceira pessoas do singular ou plural e na voz passiva, como por exemplo: “Adverte-se aos passageiros que devem cruzar a via férrea somente pela ponte” (AUSTIN, 1990, p.60).

Sendo assim, chega-se a um ponto na discussão em que, além de não ser possível encontrar um critério gramatical comum para caracterizar os performativos, conclui-se que

uma declaração que tem efeito de constatação é também um ato performativo, uma vez que dizer algo é fazer algo. Contudo, dizer e fazer se dão de formas distintas e complementares e, assim, Austin propõe os Atos de Fala, que podem assumir três formas simultâneas: a) o Ato Locucionário, que implica no ato de dizer algo, de proferir cada elemento linguístico que compõe uma frase; b) o Ato Ilocucionário, que consiste no ato que se realiza na linguagem, aquilo que se produz ao dizer, que pode variar muito como afirmação, negação, promessa, advertência, ordem, sugestão, etc. Estar submetido às convenções e à observação do contexto no qual o proferimento se dá é muito importante; c) o Ato Perlocucionário, que se caracteriza pelas consequências produzidas daquilo que é proferido. Nem sempre o falante obtém os efeitos daquilo que se intenciona produzir, visto que as consequências não estão no campo das convenções (AUSTIN, 1990).

Podemos então concluir que as discussões levantadas por Austin na tentativa de caracterizar constativos e performativos apontam para grandes dificuldades e impossibilidades de classificá-los, o que nos levam à reflexão de que o funcionamento da linguagem não se dá em uma lógica estanque. Um ponto levantado pelo autor e muito pertinente para a discussão suscitada neste trabalho é a questão de que dizer é fazer e isso implica em uma questão ética. Segundo Souza Filho (1990), o emprego de determinados termos possibilitam que o falante se justifique, se desculpe, ou se exima de responsabilidades. Dado que o dizer é uma ação, é necessário refletirmos como dizeres produzem ações nos sujeitos e na sociedade.

Wittgenstein (1969) é outro teórico importante para se pensar a respeito das questões da linguagem. Em *Da Certeza*, o autor reúne um conjunto de anotações enumeradas sobre o jogo da linguagem, e, mais especificamente, como a certeza se dá nesse jogo. Segundo Elias de Oliveira (2021),

A ideia de “jogo da linguagem” implica que é preciso tomar a significação na linguagem considerando o movimento entre língua, enunciação (tomada da palavra) e sociedade. A reflexão de Wittgenstein mostra que a certeza é parte da significação: “uma pessoa não pode fazer experiências se não houver coisas de que não duvide (DC, 337) (ELIAS DE OLIVEIRA, 2021. p.12).

Para Wittgenstein, em frases iniciadas com ‘Eu Sei’, ou Quando se afirma “Eu sei que...”, por exemplo, a certeza sobre algo dificilmente é posta em questionamento. Segundo o autor, é inerente ao jogo de linguagem a possibilidade do convencimento.

Quando alguém se convenceu diz: “Sim, o cálculo está certo” mas não infere isso do seu estado de certeza. As pessoas não inferem como são as coisas a partir da sua certeza individual. A certeza é por assim dizer um tom de voz em que alguém declara como são as coisas, mas não se infere desse tom que tem razão. (WITTGENSTEIN, 1969, p. 23)

Nesse sentido, quando se iniciam frases afirmativas como "Eu sei ", por exemplo, o efeito de certeza causa um esquecimento no falante de que afirmar que sabe não significa que o sujeito saiba de fato e que há outras possibilidades de frases com o verbo saber que anulam o efeito de certeza das afirmações, como por exemplo: "Eu pensava que sabia" ou "será que eu sei?" (ELIAS DE OLIVEIRA, 2021. p.14).

Assim, pelos limites observados por meio das questões discutidas por Austin, que nos levam a considerar que o funcionamento da linguagem não se dá em uma lógica estanque e as questões da certeza levantadas por Wittgenstein de que os efeitos de certeza apagam para o falante de que há várias possibilidades de significação para as afirmações, ponderamos a pertinência de nos ancorarmos nos pressupostos da Semântica do Acontecimento, teoria semântico-enunciativa, proposta por Eduardo Guimarães, que trata de oferecer ao analista mecanismos para o estudo de sentidos em textos, a partir da relação língua-falante-história, a partir de um posicionamento materialista⁵.

Guimarães parte da premissa de que a enunciação não se dá de um lugar neutro, mas de um lugar social, histórico, e não puramente linguístico. Assim, a textualidade é trabalhada como um processo de deriva de sentidos, que por sua vez está inscrito no que o autor caracteriza como político, que consiste em uma contradição que estabelece uma divisão desigual do real (ELIAS DE OLIVEIRA, 2021. p. 16-17).

Nessa Semântica, a enunciação se dá em um espaço de enunciação composto por línguas e falantes que se relacionam por meio de enunciados que constituem sentidos. Na teoria, um conceito basal é o de acontecimento:

O acontecimento é o que faz diferença na sua própria ordem. E o que especifica este acontecimento é a temporalidade que ele constitui. Assim, um acontecimento não é considerado em virtude de estar num certo momento do tempo, antes de um outro acontecimento também no tempo. Não é este aspecto que considero como especificador de um acontecimento. O que especifica um acontecimento é a temporalidade que ele constitui: um passado, um presente e um futuro. Ou seja, um acontecimento é distinto de outro acontecimento porque ele recorta um passado de sentidos que convive com o presente da formulação do Locutor e assim traz uma projeção de futuro de sentidos que não significariam não fosse o acontecimento em questão. (GUIMARÃES, 2011. p. 15)

Pode-se, portanto, entender que o acontecimento produz significação. Essa significação, na teoria, produz sua temporalidade, conceito que é apresentado em Guimarães (2002) :

⁵ O materialismo histórico é a uma "teoria científica da história", elaborada na reflexão de Karl Marx sobre o capitalismo, na qual concebe que "as relações jurídicas e as formas correspondentes do Estado se enraízam nas condições de existência materiais dos homens, constituindo esta sociedade civil da qual a economia política apresenta a anatomia". As sociedades são assim concebidas como formações sócio-econômicas (AUROUX & WEIL, 1991, p.308, *apud* ELIAS DE OLIVEIRA, 2020).

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações passadas, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro [...] o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

O acontecimento se dá em um espaço de enunciação que implica em algo além de um espaço meramente físico, se caracteriza por um espaço de relação entre línguas e falantes, atravessado pelo político que nesse escopo teórico é dado como uma disputa incessante pela língua numa relação de inclusão/exclusão. O político é uma contradição de uma normatividade que estabelece desigualmente uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos nesta divisão desigual (GUIMARÃES, 2002b, p. 15-16).

Essa divisão política nunca é estanque, posto que há uma busca constante pelo direito de falar. Sendo assim, a enunciação não diz respeito à intencionalidade do sujeito, visto que o acontecimento de linguagem agencia o falante a dizer o que diz e esse agenciamento do falante é conceituado por Guimarães como cena enunciativa e, ao tratarmos dessa questão, além das relações de linguagem, é necessário levar em conta elementos como a história e o lugar social (GUIMARÃES, 2002).

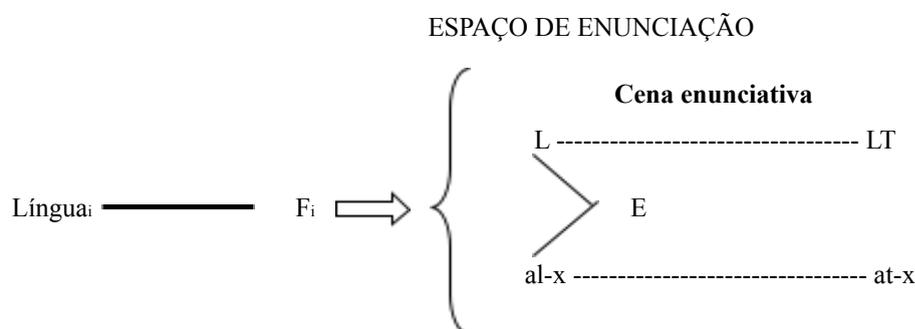
A cena enunciativa⁶ é onde ocorre a assunção da palavra e se caracteriza por uma divisão dos lugares de enunciação no acontecimento, distribuída pela própria temporalização, e se configura pelas formas linguísticas e figuras de enunciação. Em outras palavras, o falante⁷, ao ser agenciado em um espaço de enunciação, estabelece uma relação de alocação, isto é, a divisão dos lugares produzida pela enunciação, pelo agenciamento do falante, constitui um dizer que relaciona o lugar que diz a um lugar ao qual se diz.

Assim, nessa divisão do falante se instaura de um lado o Locutor (origem do dizer), que ao ser agenciado é instituído seu correlato, um Locutário (lugar que diz eu para um tu) e, por outro lado, se constitui o alocutor que, ao ser agenciado, institui seu correlato, o alocutário (o lugar social para o qual diz o alocutor). Esta relação de alocação se dá pelo agenciamento, pela língua, do falante em Locutor, e pelo agenciamento do falante em alocutor pela relação histórica com os falantes do espaço de enunciação. (GUIMARÃES, 2018, p.62).

⁶ A cena enunciativa, apresentada em Guimarães (2002), sofre certa reconfiguração em Guimarães (2018).

⁷ O falante não é tomado como uma pessoa física. Nesse escopo teórico, o falante é uma figura linguística constituída por essa relação de línguas e espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2018, p. 24-25).

Dessa forma, a divisão da cena enunciativa se configura pelas posições de Locutor (L) e o alocutor-x (al-x), e seus correlatos, Locutário (LT) e alocutário (at-x), respectivamente. Não obstante, o falante também é dividido em Enunciador, que corresponde a um modo de dizer que apaga para o Locutor que ele fala de um lugar social e isso pode acontecer de quatro maneiras: 1) enunciador universal, em que o Locutor é apresentado como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso; 2) enunciador individual, quando apresenta marcas de individualidade; 3) enunciador genérico, quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todo em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos e 4) enunciador coletivo, quando apresenta marcas de coletividade (GUIMARÃES, 2002, p.26-29). Vejamos essas relações no esquema abaixo:



Fonte: Guimarães (2018. p. 61)

No esquema, vemos que a Cena Enunciativa se configura a partir da relação de um falante com uma língua, e da divisão desse falante, agenciado em L e al-x e o resultado da relação destes dois elementos, o Enunciador.

A análise é feita a partir de dois mecanismos analíticos: a reescrituração e a articulação. A articulação é como “[...] uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p. 51), enquanto que a reescrituração

[...] é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre. E ao reescrever, ao fazer interpretar algo diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

Logo, com ambos os mecanismos, é possível analisar as relações de sentido em um determinado acontecimento, ao passo que, ao olhar para um termo, verifica-se de que maneira esse termo se articula e se há reescrituração dele no acontecimento.

Para representar essas relações enunciativas lançamos mão do Domínio Semântico de Determinação (DSD), que se caracteriza por uma interpretação do processo de análise e visa

explicar o funcionamento do sentido da palavra no *corpus* analisado (GUIMARÃES, 2007, p. 81). Nada tem a ver com organização cognitiva. Segundo Guimarães, um DSD “[...] mostra como o funcionamento das palavras na enunciação constituem sentido [...] o DSD é [...] a caracterização de como no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar.” (GUIMARÃES, 2007. p. 96). Essas relações de sentido são demonstradas por meio de representações gráficas, por sinais específicos: (⊥, ⊥, ⊥, ⊥) para a relação de determinação, além de (-----) para a relação de sinonímia e (_____) para a relação de antonímia.

Outro elemento muito importante para as análises é o conceito de paráfrase que vem sendo utilizado na teoria. Souza e Ventura (2019) expõem que “[...] a paráfrase é um reagente. X reage bem ou mal ao parafrasear Y [...] em um acontecimento Z” (SOUZA; VENTURA, 2019. p. 12). Em outras palavras, não se trata de estabelecer uma “frase-sinônimo”. Parafrasear é mostrar as relações de sentido do enunciado em uma determinada cena enunciativa.

Dado isso, seguimos para a análise a partir da questão: trabalho remoto é trabalho?

Falas do Governador e Sindicato

Mesmo que por meio de um processo conturbado, lento e gradual⁸ a vacinação da população no Brasil contra a COVID-19, iniciada em janeiro de 2021⁹, aponta para uma diminuição paulatina e muito significativa dos casos de hospitalização e morte pela doença¹⁰. Em vista disso, a implementação do ensino híbrido nas escolas, que mescla atividades em aulas presenciais e aulas on-line passa a ser mote de discussões.

Para tanto, o Ministério da Educação – MEC deixou a implementação do ensino híbrido a critério dos gestores locais e assim, gradativamente, essa modalidade de ensino tem sido adotada por escolas em todo o país, inclusive no ensino público. No entanto, de acordo com os dados apresentados em agosto de 2021 pelo consórcio de veículos de imprensa¹¹, 23,43% da população brasileira está imunizada ou com as duas doses ou com a dose única, o

⁸ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57674512>>. Acesso em 26 de jan. 2022.

⁹ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/votos-anvisa-vacina-coronavac-oxford/>>. Acesso em 26 jan.2022.

¹⁰ Disponível em : <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-04/oms-mortes-e-internacoes-por-covid-19-estao-diminuindo-no-brasil/>>. Acesso em 26 de jan.2022.

¹¹ Consórcio formado por G1, O Globo, Extra, O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e UOL para a coleta e divulgação de dados sobre o processo de vacinação contra a COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/02/01/entenda-como-e-feita-a-divulgacao-de-vacinados-contra-a-covid-19.ghtml?_ga=2.60275053.1376852002.1629135007-1802574807.1594341266>. Acesso em 26 de jan. 2022.

que significa que nem metade da população se encontra totalmente imunizada até o momento, além disso, mesmo com a redução das internações e mortes, os números ainda são altos¹², visto que o processo de vacinação em andamento ainda não contemplou a maior parte da população.

Diante disso, o Governo do Estado da Bahia, pela Portaria Nº 1138/2021, decretou o início do ensino híbrido para o dia 26 de julho de 2021. Entretanto, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (APLB), notificou a decisão de não retornar às aulas presenciais no prazo determinado pela portaria, uma vez que os professores acordaram que só retornarão 15 dias após a conclusão da imunização da categoria com a 2ª dose da vacina aplicada, prevista para o mês de agosto de 2021. Em resposta à decisão dos professores, o governador Rui Costa disse durante uma cerimônia em Salvador que:

É preciso ter sensibilidade social com essas pessoas e todos nós já estamos trabalhando: repórteres, polícia, padeiro, motorista de ônibus, médicos, todas as funções sociais na sociedade, todo mundo está trabalhando. É hora de a gente começar a oferecer oportunidade de vida aos jovens e adolescentes (GOVERNADOR..., 2021).

Ainda em resposta à decisão dos professores o governador afirma:

Estamos perdendo, a palavra é essa mesma, perdendo a vida de muitos jovens que, infelizmente, por estarem nas periferias, nas mais pobres, eles acabam sendo assediados para o caminho errado. O não funcionamento das escolas, milhares deles estão por aí perambulando pelas ruas durante o dia em uma condição muito vulnerável (GOVERNADOR..., 2021).

Em contrapartida, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia – APLB lançou um comunicado¹³ no qual afirma que:

Durante todo o período de suspensão das aulas presenciais os/as professores/as fortaleceram vínculos com os alunos através do ensino remoto emergencial, usando os próprios recursos. Em um contexto de construção de entendimento sobre Educação em tempos de pandemia, bem como documentos orientadores e normativos, o cômputo da carga horária, no Estado da Bahia, passou a ser considerado a partir de 15 de março de 2021, quando do início das aulas 100% remotas (APLB SINDICATO, 2021).

Como já dito, para Austin o alvo de todo proferimento é a realização de um ato e sendo assim, podemos observar que tal proferimento perlocucionário visa produzir um efeito no interlocutor. Conforme Wittgenstein (1969), esse efeito de certeza muda o jogo da linguagem e, a partir disso, sentidos são constituídos. No jogo da linguagem o efeito de certeza produz sentidos que apontam para possibilidades de convencimento.

¹² Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 26 de jan. de 2022.

¹³ Disponível em : <<https://aplbsindicato.org.br/o-retorno-hibrido-nao-acaba-com-o-ensino-remoto-emergencial/>>. Acesso em 26 de jan. 2022.

Ao proferir que os professores precisam ter sensibilidade social, oferecer oportunidade de vida aos jovens e adolescentes e voltar a trabalhar, pois todos os profissionais já estão trabalhando, se produz no jogo da linguagem uma certeza de que o professor precisa voltar a trabalhar e para reforçar a performatividade dessa certeza o governador afirma que todas as funções sociais já estão trabalhando. Da mesma maneira, ao dizer que os jovens da periferia são assediados para o “caminho errado” porque ficam perambulando pelas ruas devido ao fechamento das escolas, se atribui aos professores, além da função de manter os jovens dentro da escola, a responsabilidade pelos alunos estarem nas ruas e por serem cooptados pelo mundo das infrações e pelo crime, ou seja, esse proferimento produz um efeito de certeza de que o professor é responsável pelo futuro desses jovens e que por isso deve voltar a trabalhar.

Conforme posto anteriormente, para que um performativo seja bem sucedido se faz necessária a existência de circunstâncias adequadas. Também devemos destacar que um Ato Perlocucionário consiste nas consequências produzidas daquilo que se diz. Porém tal efeito nem sempre é aquele intencionado pelo falante, posto que tais efeitos não estão submetidos às convenções. Assim podemos dizer que o governador possui posição de autoridade para realizar tal enunciado performativo, entretanto, não obstante a legitimidade de sua autoridade, o ato produziu uma infelicidade, uma vez que o dizer do governador apaga o fato de que os professores do estado da Bahia estão a trabalhar pela modalidade do ensino remoto emergencial desde 15 de março de 2021, quando essa modalidade passou a ser considerada nas escolas públicas da rede estadual da Bahia, conforme afirma o APLB e de acordo com o Diário Oficial¹⁴. De acordo com a fala do sindicato, os professores estão a ministrar aulas nessa modalidade, por meio de seus próprios recursos.

Diante dessas questões podemos observar os efeitos de certeza assim como também a questão da ética posta por Austin. Na fala do governador se produz um efeito de certeza no jogo de linguagem a fim de justificar que o professor precisa voltar a trabalhar, pois outros profissionais já estão trabalhando e que o não funcionamento das escolas coloca os jovens à mercê de situações de vulnerabilidade diante das infrações e crimes, o que exime qualquer outro elemento de responsabilidades e atribui ao professor a responsabilidade pelo futuro dos alunos. O efeito que essa ação provoca no sindicato dos professores é a justificativa de que os professores já estão trabalhando, por meio da modalidade remota e, além disso, esse trabalho não conta com o devido suporte por parte do governador, na medida em que os professores

14

Disponível

em:

<<http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/sec-publica-portaria-sobre-reorganizacao-das-atividades-letivas-nas-escolas-estadu/>>. Acesso em 26 de jan de 2022.

79 – Conexão Letras, Porto Alegre, v. 17, n. 27, p. 69 - 86, jan-jun. 2022. E-ISSN 2594-8962.

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2594-8962.123661>

lançam mão de recursos próprios para executá-lo. Para justificar o adiamento do retorno às aulas presenciais, se produz o efeito de certeza de que a escola não é um ambiente seguro, dado que um contingente considerável de professores ainda não foi contemplado com as duas doses da vacina.

Inicialmente é preciso entender uma questão relacionada aos lugares sociais apresentados no *corpus*. Para isso, é necessário mobilizar os conceitos da Cena Enunciativa, propostos pela Semântica do Acontecimento.

Em um dos excertos que compõe o *corpus* dessa análise, retirado da fala do Governador (sujeito empírico), este, pode ser entendido, a princípio, como o chefe dos professores, o patrão. Porém, ao observarmos o enunciado "é hora de a gente começar a oferecer..." o lugar social não é bem o de patrão, mas de alguém que se insere, de alguma forma, no grupo dos professores. Mas temos uma outra questão que abre um conflito ao se pensar a questão do lugar social. Em "todos nós já estamos trabalhando..." o alocutor se apresenta em um lugar diferente do primeiro recorte.

O sujeito empírico, Governador de Estado, apresenta um dizer como sendo parte da totalidade da sociedade, um lugar social de governador-representante e não de governador-patrão. Desse modo, o alocutor-governador-representante fala para a sociedade em geral e, também, para um grupo específico, os professores, o que pode ser representado em dois alocutários, conforme abaixo :

Alocutor-governador alocutário-sociedade

Alocutor-governador alocutário-professor

Nessa cena enunciativa há uma configuração específica, já que a performatividade se dá a partir de um ato perlocucional – feito pelo alocutor-governador-representante, e não ilocucional, que deveria ser feito pelo alocutor-governador-patrão.

Para fins de análise, trataremos agora dos falantes a partir das divisões apresentadas na cena enunciativa. Nesse acontecimento, podemos observar como se dá a construção de uma certeza no dizer do al-governante. Para isso, vamos observar, novamente, o recorte 1 :

É preciso ter sensibilidade social com essas pessoas e todos nós já estamos trabalhando: repórteres, polícia, padeiro, motorista de ônibus, médicos, todas as funções sociais na sociedade, todo mundo está trabalhando. É hora de a gente começar a oferecer oportunidade de vida aos jovens e adolescentes (GOVERNADOR..., 2021).

Temos duas assertivas importantes: “todos nós já estamos trabalhando” e “todo mundo está trabalhando”. Essa repetição traz um efeito de certeza de que toda a sociedade está

trabalhando. Há, no entanto, um enunciado no recorte 2 em que o Alocutor-governista apresenta uma exceção: “O não funcionamento das escolas”. Vejamos :

Estamos perdendo, a palavra é essa mesma, perdendo a vida de muitos jovens que, infelizmente, por estarem nas periferias, nas mais pobres, eles acabam sendo assediados para o caminho errado. O não funcionamento das escolas, milhares deles estão por aí perambulando pelas ruas durante o dia em uma condição muito vulnerável (GOVERNADOR..., 2021).

Essa exceção nos traz a possibilidade de fazermos as seguintes paráfrases:

- 1- Todos nós já estamos trabalhando, menos as escolas, que não estão funcionando.
- 2- Se as escolas não estão funcionando, os professores não estão trabalhando.

Assim, juntamente com o efeito de certeza de que todos estão trabalhando, há um efeito de certeza de que as escolas não estão funcionando. Podemos dizer que a argumentação do al-governante é toda construída a partir dessas certezas – a de que todos estão trabalhando e a de que as escolas não estão funcionando. E, a partir de atos perlocucionais, há a tentativa de sustentação de uma posição específica: a necessidade de que a escola volte a funcionar. Para isso o al-governador elenca alguns motivos:

- a- “É preciso ter sensibilidade social” – que apresenta a insensibilidade da escola;
- b- “todas as funções sociais na sociedade, todo mundo já está trabalhando” – que mostra a escola como uma função social na sociedade e, portanto, os professores devem voltar a trabalhar.
- c- “É hora de a gente começar a oferecer oportunidade de vida aos jovens e adolescentes” – que mostra as consequências de as escolas não estarem trabalhando.

Como dissemos, toda essa argumentação apresentada pelo alocutor-governador constitui-se como atos perlocucionais que visam sustentar, junto ao locutário-popular, a posição de que as escolas devem funcionar e, ao mesmo tempo, junto aos professores, profissionais que devem trabalhar, logo que todo mundo já está trabalhando.

O recorte 2 apresenta elementos importantes sobre o funcionamento das escolas. Vejamos:

Estamos perdendo, a palavra é essa mesma, perdendo a vida de muitos jovens que, infelizmente, por estarem nas periferias, nas mais pobres, eles acabam sendo assediados para o caminho errado. O não funcionamento das escolas, milhares deles estão por aí perambulando pelas ruas durante o dia em uma condição muito vulnerável (GOVERNADOR..., 2021).

No recorte 2 temos uma articulação importante com o já mencionado “O não funcionamento das escolas”. Essa articulação é com o enunciado “milhares deles estão por aí perambulando pelas ruas durante o dia em uma condição muito vulnerável”. Nesse enunciado,

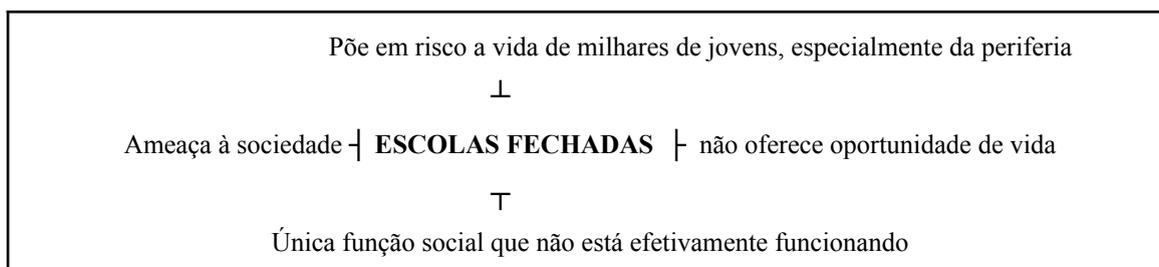
“deles” é uma reescritura de “muitos jovens”. Com isso, temos funcionando novamente uma consequência do que o não trabalho dos professores nas escolas produz na sociedade. Assim, de certo modo, podemos dizer que há uma certeza de que as escolas não estão trabalhando e isso é maléfico para a sociedade como um todo e, de maneira mais específica, para muitos jovens.

A partir dessa análise, podemos pensar nas seguintes paráfrases :

- d- Se a escola não funcionar, milhares de jovens estão fadados a estar em uma condição muito vulnerável
- e- O fechamento das escolas é um agente nocivo à sociedade.

Ainda no escopo da Semântica do Acontecimento, é com base nas relações de reescritura e articulação que podemos, então, construir o DSD a seguir:

Quadro 1 - DSD de **ESCOLAS FECHADAS**



Fonte: elaboração própria

No quadro acima, é possível sustentar que escolas fechadas se constituem como elemento nocivo e cruel contra a juventude, especialmente a periférica. O não funcionamento da escola se torna um dos principais argumentos sobre a relação ensino-aprendizagem. Nesse caso, a escola fechada fortalece o entendimento proposto pelo alocutor-governador: o de que a escola precisa ser um espaço habitado pelo professor, que trabalha assim como todos os outros segmentos da sociedade. Sendo assim, podemos observar um embate, posto que o proferimento se dá por meio de um ato perlocucional não de um lugar social de al-governador padrão, mas de um al-representante da sociedade, na medida em que há um pedido e não algum tipo de sanção, tal como suspensão de salários ou demissões. Isso produz efeitos de certeza que instauram sentidos de que não houve trabalho e isso suscita uma resposta do sindicato. Voltaremos à fala do sindicato para analisarmos, também, como se dão alguns aspectos semânticos a partir da enunciação. Vejamos:

Durante todo o período de suspensão das aulas presenciais os/as professores/as fortaleceram vínculos com os alunos através do ensino remoto emergencial, usando os próprios recursos. Em um contexto de construção de entendimento sobre Educação em tempos de pandemia, bem como documentos orientadores e normativos, o cômputo da carga horária, no Estado da Bahia, passou a ser

considerado a partir de 15 de março de 2021, quando do início das aulas 100% remotas (APLB SINDICATO, 2021)

Com vistas a corroborar com nossa análise, dividiremos o excerto acima em dois recortes, que seguem:

R3. Durante todo o período de suspensão das aulas presenciais os/as **professores/as fortaleceram vínculos com os alunos através do ensino remoto emergencial, usando os próprios recursos.** (grifos nossos)

R4. Em um contexto de construção de entendimento sobre Educação em tempos de pandemia, bem como documentos orientadores e normativos, **o cômputo da carga horária, no Estado da Bahia, passou a ser considerado a partir de 15 de março de 2021, quando do início das aulas 100% remotas.** (grifos nossos)

Em R3, o grifo *professores/as fortaleceram vínculos com os alunos através do ensino remoto usando seus próprios recursos* sustenta sentidos de que o professor, no exercício de sua função durante o ensino remoto emergencial, fortaleceu os vínculos com os alunos. Há, ainda, um argumento apresentado sobre a maneira como o professor trabalhou: ele o fez com seus próprios recursos. A fala do alocutor-sindicalista constitui sentidos de que, além de ter que fortalecer os vínculos com os alunos durante o trabalho, o professor investiu seus próprios recursos, o que pode estabelecer as seguintes paráfrases:

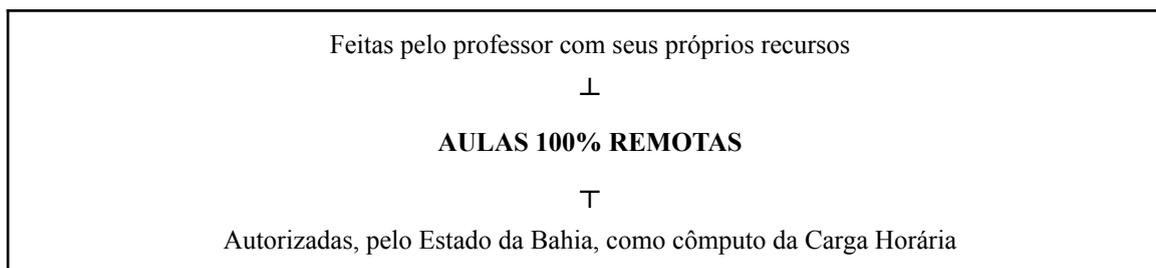
- f) O professor trabalhou no ensino remoto emergencial;
- g) O professor não só trabalhou, como também investiu seus próprios recursos no exercício de sua função.

Em R4, o alocutor-sindicalista valida a ideia apresentada nas paráfrases acima, especialmente em f), logo que, a partir de um enunciador universal, anuncia que desde dia 15 de março de 2021 o cômputo da carga horária passou a ser feito quando do início do ensino remoto. Nesse sentido, o argumento de que os professores não estariam trabalhando – dizer do alocutor-governador – não se sustentaria, ao passo que no estado da Bahia a assiduidade do professor (cômputo de carga horária) passou a ser considerada a partir do estabelecimento das aulas 100% remotas, no regime de ensino remoto. Esse raciocínio permite o estabelecimento de novas paráfrases, que seguem:

- h) Todos sabem que, no estado da Bahia, as aulas se tornaram 100% remotas a partir de 15 de março de 2021.
- i) O professor, com seus próprios recursos, trabalhou de maneira remota nesse novo regime de trabalho.

Com vias a ilustrar o funcionamento de sentidos a partir da análise enunciativa, construímos o seguinte DSD de Trabalho remoto:

Quadro 2 - DSD de AULAS 100% REMOTAS



Fonte: elaboração própria

No DSD, percebemos que as aulas 100% remotas são determinadas por "autorizadas pelo Estado da Bahia" e por "feitas pelo professor com seus próprios recursos". Nisso, podemos considerar que confrontando os dizeres do al-governador e do al-representante da sociedade houve trabalho por parte dos professores e, além disso, os professores lançaram mão de seus próprios recursos para trabalhar.

Conclusão

Conforme propomos neste trabalho, nossa discussão parte da questão colocada a partir de um embate acerca dos dizeres do governador do estado que convoca os professores para o retorno às aulas presenciais, posto que em sua fala se estabelecem efeitos de certeza de que o professor não estava trabalhando no período anterior à convocação e que essa situação relega aos jovens uma situação de vulnerabilidade social, posto que com as escolas fechadas os jovens ficam nas ruas à mercê da criminalidade.

Um fator importante demonstrado nas análises apontam que mesmo com a prerrogativa do lugar social de governador, este não mobiliza um ato ilocucional. A performatividade desse enunciado se dá por meio de um ato Perlocucional e ao observarmos a cena enunciativa o sujeito empírico governador assume o lugar social não de um patrão (o que ocorreria em um ato ilocucional), mas de um alocutor-governador-representante. Isso nos leva à reflexão levantada por Austin (1990) sobre a questão da ética no sentido de que ao mobilizar o ato perlocucional e ao se instaurar determinados efeitos de certeza o al-governador-representante se exime de responsabilidades diante da população e atribui aos professores a responsabilidade pela situação de vulnerabilidade social de muitos jovens durante a pandemia.

A partir dessas observações, podemos pensar o funcionamento do político que divide e redivide o espaço de enunciação e instaura um embate de sentidos. Notamos a divisão desigual do real a partir dos dizeres do al-governador representante ao instaurar efeitos de

certeza de que todos os segmentos da sociedade já estão a trabalhar e, portanto, o professor deve voltar a trabalhar também, pois com as escolas fechadas os alunos, principalmente os alunos dos bairros periféricos, ficam em uma situação de vulnerabilidade social. Esse efeito de certeza apaga questões históricas acerca das disparidades sociais e econômicas no Brasil e do período de crise política e econômica que o país atravessa e que com os desdobramentos da pandemia de COVID-19 esse cenário se agravou ainda mais:

A COVID-19 encontrou o país em situação econômica preocupante, baixo crescimento econômico (taxa média de crescimento de 1% nos últimos três anos), altas taxas de desemprego - 13,9%, em 2020, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, contas públicas fragilizadas e famílias endividadas. O isolamento social exigido para evitar a propagação do vírus levou micro e pequenas empresas a terem dificuldades em seus fluxos de caixa, os funcionários foram obrigados a parar suas atividades, muitas vezes com queda nos salários e rendas. Estimam-se perdas mensais decorrentes do isolamento social de R\$ 54 bilhões de renda dos trabalhadores por conta própria, informais, desempregados e em desalento. Assim, a vulnerabilidade socioeconômica das famílias brasileiras, que já era grande, aumentou significativamente na pandemia (CARVALHO; SOUZA; GONÇALVES; ALMEIDA, 2021)

Além disso, esse apagamento isenta o al-governador representante e atribui ao professor a responsabilidade pela situação dos jovens. Por outro lado, ocorre uma redivisão do espaço de enunciação com a afirmação de pertencimento dos excluídos quando o alocutor-sindicalista declara que os professores trabalham sob a modalidade remota emergencial desde que este foi decretado no estado.

Como apontam as análises o ato perlocucional foi mal sucedido, visto que em resposta o sindicato afirma que os professores já estão trabalhando e que só retornariam às atividades presenciais mediante a conclusão da imunização da categoria com as duas doses da vacina. A corroborar com a fala dos professores, as análises demonstram que o ensino remoto emergencial é trabalho e que além disso é precarizado na medida em que os professores trabalham utilizando recursos próprios.

Referências

- AUSTIN, J. L. (1960) **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- CARVALHO; SOUZA; GONÇALVES; ALMEIDA. Espaço Temático:Política, Economia E Saúde - Lições Da Covid-19. **Cad. Saúde Pública** 37 (9). 2021.
- ELIAS DE OLIVEIRA, S. Certeza, sentido, conhecimento. In: **Revista Linguagem**, São Carlos, v.34, Número temático, jan./jun., 2020, p. 1-20.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP: Pontes, 2002.
- _____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.
- _____. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas-SP: Pontes, 2018.

GOVERNADOR Rui Costa afirma que professores precisam ter “sensibilidade social”. A Tarde, Salvador, p. -, 19 jul. 2021. Disponível em:

<<https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/2177944-governador-ruy-costa-afirma-que-professores-precisam-ter-sensibilidade-social>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

O RETORNO híbrido acaba com o ensino remoto emergencial?. APLB SINDICATO (Bahia), Salvador, 03 de ago. de 2021. Disponível em:

<<https://aplbsindicato.org.br/o-retorno-hibrido-nao-acaba-com-o-ensino-remoto-emergencial/>>. Acesso em: 2 jan. 2022.

SOUZA FILHO, D. M. Apresentação: a filosofia da linguagem de J. L. Austin. In: AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 07-17

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1969) **Da certeza**. Lisboa: Edições 70, 2012.

Recebido em: 10/04/2022; **Aceito em:** 31/08/2022.